

Brasil sai do sufoco

Prorrogação do curto prazo e taxa menor

Sumário

ECONOMIA

e credor ganha tempo

favorecem o País, mas solução mesmo só no futuro

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

O Brasil sai do sufoco, com a manutenção dos US\$ 15,2 bilhões de créditos de curto prazo, e até obtém melhoras significativas na rolagem de sua dívida externa, como a redução da taxa de risco (**spread**); extinção da comissão de participação de 1% (**flat-fee**) sobre a parcela rolada; fim da pendência para os compromissos de médio e longo prazos vencidos em 1985 e, principalmente, eliminação do acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para chegar ao acordo com os bancos credores privados. Os banqueiros fizeram concessões que, do seu ponto de vista, perdem expressão, diante dos US\$ 56,3 bilhões que, somente nos últimos cinco anos, receberam de juros, pontualmente, do Brasil. E também ganharam tempo para analisar a conveniência de um acordo efetivo, de longo prazo, para o reescalonamento da dívida brasileira no futuro.

Apesar de toda a retórica, a renegociação concluída pelo presidente do Banco Central, Fernando Bracher, em Nova Iorque, ainda tem caráter provisório e segue as linhas gerais da "reestruturação da dívida" proposta por seu antecessor, Afonso Celso Pastore. Mesmo o FMI continuou a ter participação decisiva na renegociação da dívida. Embora sem acordo formal o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central tiveram que trabalhar duro, na semana, para ob-

ter, sem aceitar sequer o monitoramento, um tímido sinal do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, que evitasse a abertura de um tremendo fosso entre o Brasil e os bancos credores.

Ao aceitar menor interferência do FMI, o comitê de assessoramento dos bancos credores reduziu para sete anos, com cinco de carência, o prazo de reescalonamento do principal da dívida de médio e longo prazos vencida em 1985, quando Pastore propunha, no final do governo Figueiredo, dezesseis anos para amortização, com sete de carência. O Banco Central explicou que a rejeição ao monitoramento do FMI teve apenas fundamento político, sem efeito econômico. Muito pelo contrário, a resistência brasileira ao monitoramento do FMI — que consiste em acolher o **staff** do fundo, com periodicidade em discussão de seis ou doze meses, para elaboração de relatório sobre o desempenho econômico, mas sem interferência prática na condução da política econômica acabou por introduzir novo obstáculo à aceitação pelos banqueiros da proposta de renegociação do País.

Mas o Banco Central explicou que a redução do prazo de reescalonamento da dívida vencida em 1985 para sete anos não preocupava. Provavelmente em março de 1987, o Banco Central espera, finalmente, chegar à renegociação plurianual da dívida, com a revisão dos prazos de rolagem também dos compromissos de 1985 e 1986, conforme entendimento dos

próprios credores. Mais importantes serão os efeitos práticos da redução do **spread** do atual patamar de 2% ao ano acima da taxa interbancária do euromercado (Libor) para níveis próximos do 1,125% pago pelo México e pela Venezuela, 1,375% pela Argentina ou 1,625% pela Filipinas.

O Brasil também terá redução dos serviços da dívida, com a eliminação da **flat-fee**, espécie de taxa de abertura de crédito, de 1% sobre a dívida reescalonaada. Por exemplo, na rolagem dos Cr\$ 6,06 bilhões vencidos em 1985, a eliminação da **flat-fee** beneficiará o Brasil em US\$ 60,6 milhões, à medida que não precisará pagar essa comissão antecipada de 1%. O País continuará a pagar apenas a comissão de agenciamento de 0,25% para os três bancos responsáveis pelo acompanhamento da rolagem da dívida (Citibank), pela manutenção dos créditos comerciais de US\$ 9,8 bilhões, (Chase Manhattan) e pela estabilidade do saldo das linhas interbancárias de Cr\$ 5,7 bilhões (Bankers Trust).

Para iniciar a formalização do novo acordo, o comitê de assessoramento dos bancos credores deverá enviar amanhã a toda a comunidade de 680 instituições credoras o telex descritivo dos entendimentos com o Brasil, com a informação de que, em março próximo, haverá nova rodada de negociações para a rolagem do principal da dívida de médio e longo prazos a vencer este ano e, eventualmente, também em 1987.